

África no contexto da planetização da economia: exigências da justiça social para um desenvolvimento humano sustentável

Africa in the context of the planetization of the economy:
requirements of social justice for sustainable human development

Lourenço Flaviano Kambalu
Universidade Katyavala Bwila, UKB, Angola

Resumo

A actual conjuntura mundial é marcadamente de ampliação dos mercados e de relações económicas em escalões sempre mais vastos, universais e planetários. Vive-se num sistema de mercado global em que quem não tem dinheiro é legalmente excluído. Nesse sistema a igualdade fundamental entre todos os homens em dignidade e direitos é constantemente eclipsada pelas excessivas desigualdades económicas e sociais, pela exclusão e marginalização, constituindo assim um obstáculo à justiça social e ao desenvolvimento humano. É um contexto que nos leva a reflectir, certos de que, a busca de um futuro mais justo e mais humano não é apenas um dever dos homens de Estado, é dever de todos. E é essa busca de um futuro mais justo e mais humano que justifica a breve digressão no passado do continente africano para melhor compreender os desafios com que África se debate, apontando os principais motivos de pobreza e as razões de esperança, bem como olhar para a educação, como meio apropriado para aquisição de saber e, sobretudo, como meio incontornável para traçar um novo rumo para o continente berço e, deste modo promover valores indispensáveis para o processo integral de desenvolvimento humano sustentável.

Palavras-chave: África; pobreza; esperança; educação; desenvolvimento.

Abstract

The current global situation is marked by the expansion of markets and economic relations on ever wider, more universal and global scales. We live in a global market system in which those who do not have money are legally excluded. In this system, the fundamental equality of all people in terms of dignity and rights is constantly eclipsed by excessive economic and social inequalities, exclusion and marginalisation, thus constituting an obstacle to social justice and human development. This context leads us to reflect, certain that the search for a fairer and more humane future is not only a duty of statesmen, but of everyone. And it is this search for a fairer and more humane future that justifies a brief digression into the past of the African continent in order to better understand the challenges facing Africa, pointing out the main causes of poverty and the reasons for hope, as well as looking at education as an appropriate means of acquiring knowledge and, above all, as an essential means of charting a new course for the birthplace continent and, in this way, promoting values that are indispensable for the integral process of sustainable human development.

Key words: Africa; poverty; hope; education; development.

Informações do artigo

Submetido em 01/03/2024
Aprovado em 31/03/2025
Publicado em 15/05/2025.

doi: <https://doi.org/10.25247/P1982-999X.2025.v25n2.p04-26>

Copyright (c) 2025 Lourenço Flaviano Kambalu.



Esta obra está licenciada sob uma licença
Creative Commons CC By 4.0

Como ser citado (modelo ABNT)

KAMBALU, Lourenço Flaviano. Para África no contexto da planetização da economia: Exigências da justiça social para um desenvolvimento humano sustentável. *Ágora Filosófica*, Recife, v. 25, n. 2, p. 04-26, maio/ago, 2025.

1 INTRODUÇÃO

O mundo hodierno vive num sistema de mercado global e é marcado por uma conjuntura de interdependência e integração das actividades produtivas e comerciais. Trata-se da planetização da economia, ou seja, da ampliação dos mercados e das relações económicas em escalões sempre mais vastos, universais e planetários no sistema global de troca em que quem não tem dinheiro é legalmente excluído do mercado.

Por isso, embora universalmente se celebre a interdependência e a igualdade fundamental entre todos os homens em dignidade e direitos – dignidade esta que postula condições de vida mais humana e mais justa – somos chamados a reflectir sobre aquilo que a assombra tal como: as tendências prevalentemente liberalistas e utilitaristas; as excessivas desigualdades económicas e sociais; a deficiente distribuição da riqueza; as guerras, as doenças e a fome. Enfim, somos chamados a reflectir sobre tudo aquilo que continua a ser um obstáculo à justiça social e ao desenvolvimento humano sustentável.

E olhando concretamente para África, vemos um continente caído num eclipse, vítima de um empobrecimento organizado e executado pelos dirigentes africanos ao serviço de multinacionais e das potências regionais e internacionais que, escondendo as suas reais motivações políticas, geoestratégicas e económicas, apresentam-se como defensoras dos direitos humanos. É um cenário que vai impelindo o continente africano para o desânimo e o desespero.

Cientes da preciosidade do contributo de cada africano no desenvolvimento integral do continente, eis-nos com a presente reflexão – *África no contexto da planetização da economia. Exigências da justiça social para um desenvolvimento humano sustentável* – qual tentativa concreta de indicar caminhos de esperança para a edificação de uma África mais solidária, mais inclusiva, mais justa e mais humana. Uma África que não deixa ninguém à mercê das forças do mercado, mas confia todos e cada um à comunidade humana universal.

Por isso, esta reflexão pode ser qualificada como um *inquietum cor* que pretende identificar os problemas que afligem o continente africano e propor pistas de solução, traçando no horizonte um futuro mais justo e mais humano.

De facto, a busca de um futuro mais justo e mais humano para o continente africano não é apenas um dever dos homens de Estado, é dever de todos. Somos

todos chamados a reflectir, a preocupar-nos e a ocupar-nos do futuro do nosso continente, sem o encarar com paliativos superficiais, mas transformá-lo radicalmente, a fim de instaurar uma África não só de progresso, mas também de justiça e de desenvolvimento humano sustentável. Uma África onde o bem-estar de uns não se funda na miséria dos outros, mas no bem-estar de todos.

É triste constatar que no actual contexto África conta pouco e continua a ser excluída, marginalizada. Os países africanos ainda não gozam de uma équa representação nos órgãos de decisão das instituições internacionais políticas e económicas, como o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e a Organização Mundial do Comércio. No xadrez de reorganização das instituições mundiais, do G7 ao G14 e ao G20, África não só não participa em pé de igualdade, mas está quase completamente ausente, com a representação de alguns poucos países, como a África do Sul, num círculo mais amplo de G20.

A fim de fornecer uma visão antecipada do percurso que entendemos fazer e favorecer um enquadramento do que constitui o núcleo da nossa reflexão, apresentamos brevemente os 3 pontos sobre os quais gravita esta reflexão.

No 1º ponto lançamos, embora sumariamente, um olhar sobre África como “mosaico” complexo e heterogéneo. E cientes de que o futuro depende sempre das origens e é preciso conhecer o passado para compreender o presente e orientar o futuro, faremos um breve *excursus* no passado do continente, para compreender os desafios com que África se debate. Fá-lo-emos percorrendo os motivos que levaram e facilitaram a realização das ambições dos europeus em controlar politicamente África e satisfazer as suas novas necessidades económicas. Desta feita, falaremos da Conferência de Berlim que, ignorando a complexidade e a heterogeneidade do continente africano, quis partilhá-lo, criando problemas que persistem ainda hoje, décadas após as independências.

No 2º ponto revisitaremos a condição de muitos países africanos: razões de luta por um futuro melhor, principais factores que concorrem à condição de pobreza e motivos de esperança. Veremos que, apesar dos problemas e dificuldades que África enfrenta, nem tudo está perdido. Um futuro de esperança para o continente africano é possível.

No 3º e último ponto abordaremos a educação como direito fundamental do ser humano e a base indispensável para o processo integral de desenvolvimento humano sustentável.

2 ÁFRICA: UM “MOSAICO” COMPLEXO E HETEROGÉNEO

África – continente “berço da humanidade”, lugar de origem das civilizações mais antigas da história da humanidade, com os seus antigos reinos e civilizações, como por exemplo o do Egípto dos faraós (Kemet) – é um continente dotado de recursos consideráveis, mas também com um mosaico geográfico, histórico, cultural, político e económico complexo e heterogéneo¹.

Contudo, a Conferência de Berlim – realizada de 15 de Novembro de 1884 a 26 de Fevereiro de 1885, sob os auspícios do chanceler alemão, von Bismarck, reunindo delegados da Alemanha, Áustria-Hungria, Bélgica, Dinamarca, Espanha, França, Grã-Bretanha, Holanda, Itália, Portugal, Rússia, Suécia-Noruega, EUA e Turquia² – escreveu sobre a carta geográfica de África as fronteiras dos novos Estados nacionais e repartiu o continente africano em fronteiras artificiais, arbitrariamente traçadas, de acordo com os interesses europeus.

Tratou-se simplesmente de uma divisão colonial feita com régua e esquadro, com base nos interesses geopolíticos e geoestratégicos, que não levou em consideração a opinião e participação dos líderes africanos, nem a estrutura sócio-cultural e os interesses das populações envolvidas. Com este tipo de divisão, foi ignorada a organização tradicional, foram desprezadas as referências naturais do território africano e foi destruída a unidade dos antigos impérios. Traçaram-se fronteiras artificiais, criaram-se colónias com áreas diferenciadas e possibilidades económicas desiguais, face aos recursos naturais existentes. Ademais, a Conferência de Berlim dividiu nações amigas e separou etnias, forçando grupos étnicos que carregavam um histórico de conflito a viverem em conjunto, dentro de uma mesma colónia.

Retalhando as etnias – separando arbitrariamente povos unidos por milénios e agregando sob a mesma jurisdição outros povos que nem sequer se identificavam –

¹ «A longínqua presença humana no continente africano foi seguidamente comprovada por inúmeras descobertas arqueológicas. Raças humanas pré-históricas, hoje extintas, surgiram inicialmente na África, assim como os ancestrais do ser humano atual. Desse modo, a África, o *Berço da humanidade*, viu a totalidade das suas paisagens naturais colocadas sob a intervenção humana durante centenas de milhares de anos. O continente assistiu ao surgimento das primeiras comunidades humanas e, juntamente com elas, das primeiras tecnologias de impacto no meio natural, como a utilização da pedra, do fogo e do arco e flecha» (SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d’África. A temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008², p. 75).

² Os Estados Unidos apesar de não possuir colónias no continente africano, representavam um poderio em fase de crescimento e a Turquia, não tendo também nenhuma colónia em África, era o cerne do Império Otomano e tinha grandes interesses no norte de África.

e criando fronteiras nacionais, as potências europeias não só não respeitaram as características étnicas e culturais dos povos africanos, mas, sobretudo, violaram a cosmogonia africana e destruíram as unidades sócio-político-cultural-tradicionais, contribuindo assim para a eclosão de conflitos e de crónicas questões fronteiriças que prejudicam as relações de alguns Estados africanos independentes.

Enfim, a Conferência de Berlim, quis criar um continente homogéneo pelas fronteiras dos novos Estados nacionais, aprisionando a diversidade étnica no seio de territórios arbitrariamente desenhados³. Mas a verdade é que não é possível falar do continente africano como um todo homogéneo.

África é um imenso continente – o terceiro maior continente com 30 milhões de km², depois da Ásia com 45 milhões de km² e da América com 42 milhões de km² – com situações muito diversas; uma realidade complexa e dilacerada, um mosaico de povos, línguas, culturas, etnias e religiões, mesmo dentro das mesmas fronteiras políticas. Basta notar por exemplo que,

Camarões reúne 270 etnias; a RDC, cerca de 250; o Sudão, 130; a Tanzânia, 120; a Costa do Marfim, mais de 70; o Níger, 20; a Zâmbia, 10. Tal característica também aparece em países de pequena extensão. No Burkina-Faso, convivem 68 etnias; em Benim, 54; em Togo, 45; em Uganda, são 40; na Libéria, 30; na Guiné-Bissau, 21; em Gâmbia, 14; no Malawi, outras 14⁴.

A mesma diversidade verifica-se quanto aos ambientes geográficos e às experiências históricas, culturais, políticas e económicas. Por isso, quando se fala da África é necessário evitar generalizações tanto na avaliação dos problemas quanto na sugestão de soluções.

O Continente africano é, actualmente, composto por 54 países independentes, sendo 48 continentais e 6 insulares, em fases diferentes de desenvolvimento demográfico, político, infra-estrutural e socioeconómico. É uma reserva de matérias-primas e recursos energéticos. Detém cerca de 79% da platina mundial, 70% dos diamantes, 60% do ouro, 50% dos fosfatos, 80% do cromo, 30% do urânio, 20% de água doce do mundo e 11% de petróleo⁵. Contudo, apesar da vastidão destes

³ Cf. HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula. Visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005. p. 62-63.

⁴ SERRANO, Carlos; WALDMAN Maurício. *Memória d'África. A temática africana em sala de aula, op. cit.*, p. 116.

⁵ Cf. MICHEL, Serge; BEURET, Michel. *Cinafrica. Pechino alla conquista del continente nero*. Milano: Il Saggiatore, 2011. p. 12.

recursos, África é um continente atormentado pelo subdesenvolvimento e suas riquezas constituem, muitas vezes, um factor de desestabilização.

África continua presa no ciclo vicioso da pobreza e é sinónimo de mortes precoces; enfermidades como a malária e a tuberculose que são tratáveis, mas que, lamentavelmente, continuam a fazer vítimas e deixam a vida de muitos africanos ao nível da sobrevivência.

São poucos os países africanos que podem ser contados entre os países emergentes. Em geral África continua a ser um continente com maior número de países pobres. O fosso entre a minoria de ricos e a grande maioria a viver abaixo do limiar da pobreza é bastante elevado. Enfim, África é um continente rico em minerais e outros recursos naturais que em vez de potenciar o desenvolvimento do continente e contribuir para a luta contra a pobreza, tais riquezas são muitas vezes exploradas e aproveitados pelas potências mundiais para gerar e alimentar intermináveis conflitos.

Por isso, urge opor-se àqueles interesses internacionais que fazem de África um continente de conquista, parcializado em zonas de influência, directa ou indirectamente geridas por grandes potências, não só ocidentais, mas também asiáticas – com a China em primeiro lugar, graças à cooperação bilateral com a África Subsaariana, no âmbito da *Belt and Road Initiative* (BRI), que é um conjunto de projectos de infraestrutura e investimentos chineses, lançados em 2013 pelo presidente Xi Jinping, com objectivo de criar novas rotas comerciais entre a China e o resto do mundo – que dando ênfase à cooperação e ao intercâmbio comercial procuram garantir-se os enormes recursos naturais que África possui a preços inferiores ao preço real do mercado. Daí a necessidade urgente de os líderes africanos tomarem decisões que estimulem o dinamismo e as capacidades empreendedoras dos povos africanos, protegendo-os da concorrência desleal e promovendo aquelas economias que valorizem os bens tanto cobiçados pelo resto do planeta⁶.

3 CONDIÇÃO ACTUAL DE MUITOS PAÍSES AFRICANOS

O continente africano enfrenta múltiplos desafios que interpelam a responsabilidade dos africanos. As desigualdades no interior de África são enormes e uma situação comum é, sem dúvida, o facto de África estar mergulhada em muitos

⁶ Cf. MAATHAI, Wangari. *La sfida dell'Africa*. Modena: Nuovi Mondi, 2010. p. 28.

problemas. Em quase todas as nações africanas existem condições de extrema miséria, de má gestão dos recursos disponíveis, de instabilidade política e de desorganização social. O resultado está à vista: desolação, guerra e desespero⁷. É um resultado que continua a provocar danos humanos, materiais e morais, levando por diante tragédias e outras adversidades em muitos países do continente africano.

Boa parte dos países africanos, potencialmente ricos em recursos naturais e – atendendo a que a população africana é maioritariamente jovem – em recursos humanos, são países mergulhados na extrema pobreza e altamente endividados; são sociedades pouco urbanizadas que vivem em situações ambientais degradantes e em condições de sobrevivência, sem água potável, com doenças debilitantes e contagiosas, serviços de saúde inadequados, elevadas taxas de mortalidade materno-infantil, violação dos direitos humanos, falência das próprias instituições, má gestão da economia, distribuição ineficiente de alimentos, fome crónica, desnutrição, conflitos internos e terrorismo.

Muitos países afundam-se no caos e não conseguem encontrar a fórmula para a pacificação dos espíritos e garantir aos seus respectivos povos o desenvolvimento, acabando por serem cilindrados pelos implacáveis sistemas económicos e políticos internacionais.

Ironicamente, África possui terras aráveis e imensas reservas de matérias-primas e continua a ser exportadora de metais e minerais, mas também de frutas tropicais, produtos agrícolas e produtos alimentares que são requeridos de forma emergencial pelas populações do próprio continente para nutrir os povos esfomeados. Tragicamente, isso sucede muitas vezes para pagar as dívidas ou para seguir as reformas económicas introduzidas pelas agências internacionais, como o Banco Mundial ou o Fundo Monetário Internacional.

Apesar de África ter recursos, espaço e clima para ter uma população mais numerosa do que a que actualmente possui, as pessoas vivem amontoadas maioritariamente em áreas suburbanas. Apesar da explosão tecnológica e do comércio que têm contribuído grandemente para o aumento de receitas em outras regiões, metade da população africana subsaariana ainda sobrevive com menos de um dólar/dia e a esperança de vida à nascença não atinge os 45 anos.

⁷ Cf. JOÃO PAULO II. *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia in Africa*. Luanda: Oficinas Gráficas São José-CEAST, 1995. n. 40.

Esta é a condição de muitos países africanos que parecem incapazes de sair desse ciclo crónico que se traduz concretamente em difícil acesso aos progressos técnicos; acesso limitado aos meios de uma vida decente e digna; deficiência nas diversas formas de educação e de formação; insuficiência, a todos os níveis, de participação nas decisões; reduzida produtividade e limitada esperança de vida. Ademais, vastas áreas de África são inabitáveis e a sua actual população concentra-se mais nas grandes cidades, nas zonas onde a terra é fértil e nas áreas costeiras. Enfim, África é uma das áreas mais periféricas, mais exploradas, mais instáveis, menos industrializada, mais empobrecida do mundo. Apesar da sua enorme riqueza, África continua a ser cada vez mais afastada dos níveis desejados do desenvolvimento dos continentes com países altamente industrializados.

3.1 Principais factores que concorrem à condição de pobreza

Além da colonização, factor comum a quase todos os países africanos, os factores que levam África a ser o continente das oportunidades perdidas e a permanecer na pobreza são muitos e variam de país a país. Nalguns casos a origem é externa, como é o caso da inflação e da alteração dos preços de matérias-primas a nível dos mercados internacionais; a dívida externa; os ajustes impostos pelo Fundo Monetário Internacional e pelo Banco Mundial e a selvática exploração dos recursos naturais. Noutros casos, a origem é interna: a falta, já não de ensino de qualidade, mas, pura e simplesmente de ensino; a falta de assistência médica e medicamentosa para fazer face aos diferentes tipos de doenças; a falta de estradas e pontes que facilitem a circulação de pessoas e bens; a sangria de intelectuais e bons técnicos médios e superiores que, não encontrando nos seus países formas de empregabilidade e realização pessoal, emigram para os países industrializados, em busca de melhores condições⁸.

A isto se acresce o facto de o continente, em muitos lugares, ainda agonizar face aos horrores de guerras civis, conflitos étnicos, má governação, instabilidade política, luta pelos recursos minerais, criminalidade, violação dos direitos humanos, insegurança, corrupção, discriminação, desigualdade, nepotismo, compadrio,

⁸ Cf. JANUÁRIO, José. *A gestão de quadros no processo de desenvolvimento de Angola. Do discurso político à realidade prática*. Benguela: Shalom, 2023. p. 101-134.

escassez de alimentos, más políticas agrárias, falta de água potável, luz eléctrica e telecomunicações.

Com ajuda dos meios técnicos modernos, as causas naturais já não deveriam constituir um problema grave. Mas, em África ainda se verificam casos, em que a pobreza é de origem natural, como o clima severo e variável, as chuvas irregulares e devastadoras, as secas frequentes, a praga de insectos, a carência de água corrente.

Para muitos países do norte de África, por exemplo, a razão principal da fome são as condições climatéricas, ligadas à carência de água, à seca persistente, ao avanço da desertificação dramática que invade terras outrora férteis e prósperas⁹. A falta de água não só inviabiliza a prática da agricultura, mas também dificulta as condições sanitárias. Onde há água, a mesma serve para pessoas e para animais. Deste modo as pessoas ficam expostas a todo o tipo de contágios, porque aquela água se torna vetor da malária e de outras doenças alarmantes e infecciosas, responsáveis por muitas mortes. Onde a pluviosidade é elevada, as inundações, além da destruição de casas, de produtos agrícolas e de alimentos, também provocam a contaminação das águas, que originam epidemias, como focos de cólera e malária.

Para outros países, a permanência na pobreza deve-se à agricultura ainda sujeita às mudanças climáticas; ao depauperamento dos solos agricultados, devido ao uso de métodos deficientes para o cultivo; às endemias que dizimam várias populações e comprometem gravemente a vida socioeconómica e à existência de conflitos armados e guerras civis devastadoras, que muitas vezes se têm revelado como guerras predatórias, causadas pelo controlo de matérias-primas e não como guerras de libertação.

Há nações inteiras arrastadas na espiral de conflitos cruentos, dos quais, tantas vezes, as principais vítimas são adolescentes, se não mesmo crianças de ambos os sexos, forçadas a tomar parte nos conflitos, arrolando-se em milícias armadas e combatendo por causas que nem sempre compreendem. São nações que vivem imersas numa verdadeira cultura de violência, onde a vida pouco conta e matar não parece imoral.

⁹ Cada país tem características geográficas próprias que lançam desafios e requerem capacidade de adaptação. Se é verdade que alguns africanos estão em desvantagem por causa do clima e das características geográficas, não é menos verdade que estas dificuldades teriam sido mitigadas por uma leadership eficiente, em condições de usar os recursos disponíveis, quer naturais, quer humanos, de forma responsável (Cf. MAATHAI, Wangari. *La sfida dell'Africa*, op. cit., p. 132).

Nessas nações em conflitos são milhares as crianças que não têm outra casa senão a estrada e não podem contar com qualquer outro recurso, além de si próprias. Algumas dessas crianças de rua encontram tragicamente a morte. Outras são encaminhadas para o consumo e tráfico de droga, para a prostituição e, não poucas vezes, acabam ligadas a organizações criminosas. Famílias inteiras são, muitas vezes, forçadas a abandonar as casas, as terras e os bens, fugindo para o desconhecido, ou acabam, de qualquer modo, sujeitas a transes tão penosos, que põem em dúvida qualquer certeza.

Em alguns casos, o factor de pobreza deve-se à visão neo-mercantilista do Estado, que leva os governantes a gerir o sector público como esfera privada, transformando o Estado num mecanismo de redistribuição dos serviços prestados à oligarquia.

Em outros casos, o factor de pobreza deve-se ao falhanço, ou mesmo à ausência de uma política económica eficaz; à deficiente manutenção das infra-estruturas físicas, sociais e económicas; ao capital humano pouco qualificado ou desvalorizado; à debilidade dos sistemas e padrões de educação, de formação profissional, de saúde, de protecção social e de saneamento básico; à resistência no regresso às terras de origem de populações deslocadas; à má gestão dos recursos e dos dinheiros públicos; às dramáticas injustiças; aos governos pouco estáveis; ao desprezo total pela vontade popular; à difusa e endémica desonestidade de alguns governos corruptos, que, com o apoio e beneplácito das potências internacionais, desviam os fundos públicos para contas privadas no estrangeiro.

Muitos governos declararam combater a corrupção, a extrema pobreza e o subdesenvolvimento, mas, na prática, adoptam políticas nacionais que vão na direcção contrária. Outros dizem querer trilhar o caminho do desenvolvimento sustentável, mas tudo isso é negado pelas políticas económicas desastrosas; pelo primado do roubo, da corrupção; pela gestão arbitrária das suas instituições e pela ausência de formas equitativas de uma governação democrática e transparente, que facilita o aumento do fosso entre uma minoria de ricos – em geral no poder ou ligada ao poder – e uma imensa maioria de pobres a viver abaixo do limiar da pobreza, faltando-lhes meios para saciar a fome, tratar as doenças e educar os filhos.

Aliás, para muitos, em África, a política é sinónimo de negócio, interesse e sucesso. E fazer parte do governo significa fazer parte de um pequeno grupo de privilegiados, que acumula riqueza à custa do bem comum. Significa fazer parte de

uma elite social distinta, diversa, rica e poderosa [...], um mundo diverso daquele dos próprios concidadãos, que comem a própria miséria. Não é apenas uma questão de poder político, nem tão pouco de serviço; é fazer parte do mundo dos “3 V”: *ville, voiture, voyage*¹⁰.

Outros factores que levam África a permanecer na pobreza e que perenemente ameaçam a estabilidade social, o progresso e a paz, são: a manipulação de governos e as ingerências das potências coloniais europeias que vão depredando o continente, não só dos seus recursos minerais, mas também dos seus tesouros culturais, históricos e religiosos, que constituem o seu passado e compõem o seu retrato, levando assim ao que Engelbert Mveng chama de “pobreza antropológica africana”¹¹. Trata-se da pobreza que provém de uma espoliação não apenas de bens e outras posses de ordem material, espiritual, moral, intelectual, cultural ou sociológica, mas de tudo o que constitui o seu modo próprio de viver e de existir; o fundamento do seu ser-no-mundo; da sua essência e dignidade.

São muitos os africanos que se encontram mergulhados na pobreza, com uma boa dose de governos de rapina e de dirigentes sem escrúpulos, descaradamente predatórios, com a pretensão de monopolizar recursos para benefício próprio. Felizmente, há líderes que entenderam bem o que exige o serviço do bem comum e se comovem fazendo menção à tal pobreza, chegando mesmo a questionar-se sobre o que correu mal no passado e o que se pode fazer para ultrapassar a situação contraditória de um continente rico em recursos, mas com gente pobre e a morrer de fome; de um continente onde, num lado há quem morre de fome, e no outro há quem morre de fartura.

Por isso, os factores que concorrem à condição de pobreza e outros desafios não podem ofuscar as oportunidades de desenvolvimento que o jovem continente oferece, pois, existem motivos de esperança num futuro mais justo e mais humano.

3.2 Motivos de esperança num futuro diferente

Quando se fala de África o que mais se evidencia são os conflitos nalgumas regiões, os golpes de estado que se vão registando aqui e acolá, as emergências de

¹⁰ LUKAMBA, Paulino. *L’Africa che non si appartiene*. Milano: Nuovi Autori, 2002. p. 12.

¹¹ Cf. RWIZA, Richard. LaurentiMagesa: um teólogo da libertação em contexto africano. In: BUJO, Bénézet; Juvénal Ilunga MUYA (coord). *Teologia africana no século XXI. Algumas figuras*, v. 2. Lisboa: Paulinas, 2012, p. 245.

fome e de doenças, as mortes precoces. Não devemos nos iludir. Os problemas vividos pela maioria dos países africanos são enormes. Mas um certo número de sinais mostra que há também uma África “vencedora” que deixa espaço para alguma esperança.

De facto, não obstante os males que teimam em continuar em muitas partes do continente, existem países cujos parâmetros de estabilidade, prosperidade, escolaridade e sanidade vão melhorando cada vez mais e cuja economia vai conhecendo um verdadeiro crescimento. Isso mostra que África não é só um continente com realidades dramáticas. África é também um lugar de vida e de esperança, pela força dos seus povos, pelos seus rios, pelas suas terras férteis e pelos grandes valores do respeito pela vida humana; do sentido de família; da hospitalidade; da religiosidade; do acolhimento dos nascituros para a família e para a comunidade humana. África é um continente que acredita nos valores da amizade, da colaboração, da solidariedade e da lealdade interpessoal. São valores que ajudam a superar o desenvolvimento economicista e egoísta reinante.

Enfim, África é um continente que vive, luta e «acredita num futuro diferente e nos instrumentos que tem ao seu dispor para o tornar pacífico, digno, próspero, democrático, solidário e respeitador dos direitos humanos»¹². Prova disso são as várias organizações que se foram criando para a integração do continente, tais como: a *Universidade Pan-africana* (PAU); a *União do Magreb Árabe* (UMA); a *Comunidade Económica dos Estados da África Central* (CEEAC); a *Comunidade Económica e Monetária da África Central* (CEMAC); a *Comunidade Económica dos Estados da África Ocidental* (CEDEAO ou ECOWAS); a *União Económica e Monetária da África Ocidental* (UEMOA); a *Comunidade de Desenvolvimento da África Austral* (SADC); a *Comunidade de Estados da África Oriental e Meridional* (COMESA); a *Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento* (IGAD); a *Comunidade Económica dos Países dos Grandes Lagos* (CEPGL), os MANGANESE¹³, a *Nova Parceria para o Desenvolvimento da África* (NEPAD)¹⁴.

¹² ROQUE, Fátima Moura. *África, a NEPAD e o futuro*. Luanda: Texto Editores, 2007. p. 175.

¹³ Os MANGANESE são um grupo de economias constituído por Marrocos, Angola, Nigéria, Gana, Argélia, Namíbia, Egito, África do Sul e Etiópia, com elevado potencial de crescimento ao qual se reserva o papel de motor de desenvolvimento económico africano (Cf. DA ROCHA, Manuel José Alves. *As transformações económicas estruturais na África Subsariana 2000-2010*, Mayamba, Luanda 2013, p. 205).

¹⁴ A *New Economic Partnership for Africa* (NEPAD) é uma iniciativa lançada durante o G8 de Génova, em 2001, para uma intervenção extraordinária a favor da África em conjunto com os governos da Argélia, Egito, Nigéria, Senegal e África do Sul. Trata-se de um programa de desenvolvimento

Vai na mesma senda a Agenda 2063, *The Africa We Want*, elaborada pela União Africana em 2015, em Adis Abeba, pelos Chefes de Estado e de governo africanos, com o propósito de responder à questão de quem somos, o que queremos para nós e para o mundo, o que podemos dar como africanos no concerto das nações, como parte da comunidade internacional, para onde queremos ir; certos de que, como diz Aimé Césaire:

Não é verdade que a obra do homem esteja terminada, que não tenhamos nada para fazer no mundo, que sejamos parasitas do mundo, que nos basta acompanhar o mundo, mas antes, a obra do homem apenas começou¹⁵.

Destarte, coloca-se a necessidade de uma mudança de paradigma na narrativa africana, mais focada na reflexão endógena e nas relações com o mundo exterior.

A Agenda 2063 pretende ser a expressão plena da “narrativa de nós mesmos”, a expressão do longo caminho de resistência empreendido pelos africanos contra o colonialismo e a dominação estrangeira, tornando-se assim a ferramenta para ler o passado, compreender o presente e construir o futuro do continente africano num mundo multipolar. Neste sentido, a Agenda 2063 é a expressão da “narrativa de nós sobre nós mesmos”, a expressão do longo caminho de resistência, percorrido pelos africanos contra a dominação, e a afirmação de si mesmos como sujeitos estratégicos da história e da historicidade no concerto das nações. Trata-se de ir à origem para tentar vislumbrar que rumo os chefes de Estado e de governo desejam indicar como visão de nós mesmos enquanto africanos, no diálogo com o mundo exterior para a construção de um sistema internacional mais equitativo e representativo.

Ainda nesta senda e com particular realce temos a *União africana* (UA)¹⁶ que foi criada com o objectivo de acelerar – apesar de numerosos e difíceis obstáculos – o processo de integração africana, apoiar os estados africanos no contexto da economia

económico que procura fomentar a integração entre povos e países africanos, reduzindo as assimetrias entre os países e sub-regiões africanos. Outrossim, busca a promoção e consolidação da democracia e dos direitos humanos, proporcionando uma plena independência do continente e privilegiando a apropriação, pelos africanos, do processo de desenvolvimento e uma nova parceria fundada na responsabilidade partilhada e no interesse mútuo (Cf. HUGON, Philippe. *Geopolítica de África*. Liaboa: Escolar Editora, 2015³. p. 308).

¹⁵ «Il n'est point vrai que l'oeuvre de l'homme est finie que nous n'avons rien à faire au monde que nous parasitons le monde qu'il suffit que nous nous mettions au pas du monde mais l'oeuvre de l'homme vient seulement de commencer» (CÉSAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Presence Africaine, 2000.

¹⁶ União Africana (UA), anunciada na Declaração de Sirte em Sirte, Líbia, a 9 de Setembro de 1999, foi fundada a 26 de Maio de 2001 em Adis Abeba, Etiópia, e lançada a 9 de Julho de 2002 em Durban, África do Sul, sucedendo à Organização da Unidade Africana (OUA), criada a 25 de Maio 1963.

global e resolver os problemas sociais, económicos e políticos do continente, tornando-se assim uma prova inconcussa de que os chefes políticos africanos, embora vivam em situações socioculturais diferentes e com opções político-económicas também diferenciadas, têm o mesmo propósito: a união política e orgânica do continente.

Tal como no passado, os líderes africanos estão conscientes de que é necessário unir-se para levantar bem alto o estandarte da dignidade, eliminar de África o colonialismo em todas as suas formas e promover a cooperação internacional de acordo com a Carta da Nações Unidas e a Declaração Universal dos Direitos Humanos¹⁷.

Embora a UA procure redefinir os seus objectivos, ela mantém o mesmo *leitmotiv*: a unidade e a solidariedade entre os povos e países de África; a independência e integridade territorial dos Estados-Membros; a aceleração da integração política, social e económica do continente; o apoio à cooperação internacional e o fomento da paz, segurança e estabilidade. O grande voto que se faz hoje, é que venha o tempo em que a UA seja um sujeito activo na arena internacional e relevante para os africanos.

Além dessas organizações, que têm alimentado a confiança e a esperança do continente, também a Comunidade Internacional, pela sua manifesta disponibilidade, nos vários fóruns, cimeiras e conferências, tem reforçado tal confiança e esperança. Basta recordar a Cimeira Internacional de Tokyo sobre o Desenvolvimento Africano (TICAD) e a Cúpula do Milénio, organizada pelas Nações Unidas com 189 países, em setembro de 2000. Neste *Summit*, os Estados membros das Nações Unidas formularam um documento, denominado *Declaração do Milénio*¹⁸, em que definiram o papel e as responsabilidades comuns e individuais das partes-chave ao processo.

Trata-se de propostas voltadas para um esforço colectivo sobre melhorias sociais, educacionais e económicas, assentes na busca de formas de mobilização contemporânea dos Estados, para que permitam atingir os objectivos do desenvolvimento do Milénio e das suas respectivas metas. Trata-se da mobilização das organizações internacionais para que apliquem os seus recursos e experiências

¹⁷ Cf. KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. v. II. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002³, p. 402.

¹⁸ Cf. Roque, Fátima Moura. *A Erradicação da pobreza e a transformação sustentada na era da mundialização*, In: AA.VV. *O desenvolvimento do continente africano na era da mundialização*. Coimbra: Almedina, 2005. p. 66.

de forma mais estratégica e eficiente possível, apoiando e sustentando os esforços dos parceiros, tanto a nível planetário quanto a nível nacional. Enfim, trata-se da mobilização dos indivíduos, instituições privadas e demais agremiações da sociedade civil, para que se engajem plenamente no cumprimento dos *Objectivos de Desenvolvimento do Milénio*, colocando em curso sua capacidade de fomentar a motivação, a mobilização e a acção.

Com a *Declaração do Milénio*, tais objectivos tornaram-se um quadro de referência para as políticas que visam o conseguimento do desenvolvimento e um instrumento útil para os países em vias de desenvolvimento, bem como para os países doadores que concordaram trabalhar em conjunto com esses países, para construírem um futuro diferente e partilhável por todos.

A *Declaração do Milénio* reforça a disponibilidade da Comunidade Internacional em apoiar os esforços de África, com o objectivo de: resolver os problemas da pobreza, da doença, do subdesenvolvimento e da marginalização do continente; relançar o empenhamento dos países desenvolvidos em aumentar o fluxo de recursos financeiros para África e realçar o apoio firme à prevenção de conflitos e à criação de condições conducentes à boa governação, assente nos princípios democráticos.

A erradicação da pobreza extrema – sempre presente na ajuda da Comunidade Internacional – continua a ser um dos maiores desafios do continente africano. Contudo, para se perseguir este escopo e alcançar os resultados esperados, é necessário que se preste a devida atenção à educação básica de qualidade. Outrossim, é necessário que todos os actores envolvidos – governos, organizações da sociedade civil e sector privado – trabalhem juntos no âmbito de uma parceria global, para um verdadeiro desenvolvimento.

A *Declaração do Milénio* colocou importantes objectivos de desenvolvimento que assentam na busca de formas de mobilização da capacidade individual, institucional e social para alcançar as metas concretas que visam a resolução dos problemas económicos, sociais, culturais e educacionais, bem como combater a pobreza absoluta e a exclusão do género.

Os sucessos que se registam em alguns países africanos, entre os quais: o melhoramento dos indicadores macroeconómicos; a expansão da prevenção da malária com tratamento a base de insecticida; a difusão das curas para combater o HIV-SIDA; o incremento da produtividade agrícola; o acesso à instrução e às estruturas sanitárias, são a demonstração do que acontece quando África conta com

o apoio adequado por parte da Comunidade Internacional e quando se realiza uma série de concertações entre as políticas nacionais e o suporte económico e financeiro proveniente do sistema internacional.

Contudo, é imperioso que se continue a investir na educação e se garanta o acesso da população à mesma, bem como à saúde pública e ao bem-estar social. É necessário que se promova o ambiente gerador de recursos apropriados para o desenvolvimento humano e de suas capacidades, cientes de que, para a realização dos *Objectivos do Milénio* ocorre não só a vontade política da Comunidade Internacional, mas, sobretudo, a vontade e a visão estratégica dos próprios governos africanos. Para tal é fundamental e urgente recuperar a unidade dialéctica do conhecimento humano e conjugar os esforços de todos, para que se supere a ameaça da sobrevivência e a crise de civilização em que o continente africano se encontra imerso e se desenhe, para o mesmo continente, um futuro de esperança e um verdadeiro desenvolvimento, no equilíbrio entre homem-natureza, técnica-ambiente.

É também motivo de esperança, o facto de que os últimos vinte anos foram marcados por importantes transições à democracia. É um progresso em comparação com o passado. Vários conflitos importantes encontraram solução, como em Angola, Moçambique, Serra Leoa ou Libéria. Após um longo período de caos, alguns países, como Burkina Faso, Seychelles, Cabo Verde, Tanzânia, Ilhas Maurícias, Quênia, Botswana, Namíbia¹⁹, estão empenhados no combate à corrupção e na reorganização da sua economia, e outros, como a África do Sul, vão se tornando pólo de crescimento e estabilidade para toda a região.

Portanto, apesar de existirem ainda graves emergências de fome e doenças; apesar de se registarem alguns conflitos de carácter político-militar; apesar de se verificarem alguns regimes que concentram o poder numa só pessoa ou num grupo de pessoas; apesar de existirem ainda algumas elites governamentais corruptas que usam o poder de forma despótica e ditatorial, em que qualquer manifestação pública de crítica ao governo é interpretada como conspiração; enfim, apesar do caminho que ainda resta por percorrer quanto aos direitos humanos, podemos observar alguns

¹⁹ Cf. DULANI, Boniface; ASIAMAH, Gildfred Boateng; ZINDIKIRANI, Patrick. Diante do crescimento da corrupção, a maioria dos Africanos receiam sofrer retaliação, caso denunciem actos de corrupção», *Afrobarometer 743* (Dezembro/2023) 2. Disponível em: https://www.afrobarometer.org/wp-content/uploads/2024/01/AD743-PAP5-Africanos-receiam-sofrer-retaliacao-caso-denunciem-corrupcao-Afrobarometer_Port-v2-10jan24.pdf. Acesso em: 29 mar. 2025.

estágios de maturidade e verificar que a ideia de democracia difundiu-se em quase todas as culturas e constituições africanas, e a grande maioria dos países africanos possui governos democraticamente eleitos, o que sem dúvidas constitui – com a educação *in primis* – base para um desenvolvimento humano sustentável.

4 A EDUCAÇÃO COMO BASE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO SUSTENTÁVEL

Apesar de não ser recente a ideia de que a educação é a pedra de toque de toda e qualquer sociedade próspera e estável, apenas na segunda metade do século XX, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a educação assumiu, para a Comunidade Internacional, a qualidade de direito fundamental e inalienável.

Toda a pessoa – afirma a Declaração – tem direito à educação. A educação deve ser gratuita, pelo menos no que respeita ao ensino elementar e fundamental. O ensino elementar é obrigatório. O ensino técnico e profissional deve ser generalizado; o acesso aos estudos superiores deve ser aberto a todos, em plena igualdade de oportunidades e em função do seu mérito²⁰.

O direito à educação constitui, pois, um dos direitos fundamentais do ser humano, universalmente proclamado e meio apropriado para aquisição de saber e promoção de valores indispensáveis para qualquer projecto ou processo integral de desenvolvimento. Por isso, investir na educação não é só atender a um direito fundamental mas é construir o desenvolvimento, porquanto este «não advém propriamente do dinheiro, nem das ajudas materiais, nem das estruturas técnicas mas sim da formação das consciências»²¹.

Na verdade, a principal causa do subdesenvolvimento africano não é só a falta de estabilidade política e de economia viável ou incapacidade de o povo produzir riqueza. A principal causa é o analfabetismo²². Mas isso não significa que o mero investimento na educação promove por si só o desenvolvimento. Para que haja real desenvolvimento é necessário que o ser humano possa decidir, em consciência, por aquilo que entenda ser o melhor para si e para os outros. Por isso, a educação tem uma interpenetração indestrutível com a liberdade porquanto a marcha do homem é uma caminhada de liberdade. Sem a liberdade os actos humanos ficam esvaziados e

²⁰ Declaração Universal dos Direitos do Homem. artigo 26.º§1.

²¹ JOÃO PAULO II, *Redemptoris Missio*, n. 58.

²² ZAU, Filipe. *Do acto educativo ao exercício da cidadania*. v. II, Luanda: Mayamba, 2015. p. 37.

desprovidos de valor. E a prática da liberdade é a educação²³. Por isso, fora da educação África não poderá ser livre. Ou seja, fora da educação África não poderá libertar os seus cidadãos do analfabetismo, da ignorância, do obscurantismo e alcançar o desenvolvimento económico, social, humano, espiritual a fim de garantir o seu lugar no futuro.

Trata-se de reencontrar, pela educação autêntica, o património antropológico comum que é a base indispensável para compreender que homem se quer educar, e que valores se quer transmitir. É um desafio fundamental que não se limita a enriquecer a inteligência com avançados conhecimentos científicos, mas mira à necessária profundidade e solidez da concepção do homem e dos processos relativos à sua formação.

Uma educação que se limitasse a enriquecer a inteligência com avançados conhecimentos científicos, mas descurasse a formação da vontade e do carácter, ignorando a importância das virtudes humanas, quer morais quer religiosas, acabaria por ser uma autêntica mutilação da personalidade humana²⁴.

África só poderá sair do subdesenvolvimento e atingir uma aceitável esperança de vida, pela educação, ou seja, se a sua população for suficientemente educada. De facto, só a educação pode garantir os ideais de paz, liberdade e desenvolvimento. Só a educação pode destruir os conceitos viciados; servir de travão àqueles que perpetuam as injustiças; produzir os conhecimentos necessários à sobrevivência e subsistência da sociedade; fazer crescer um homem, um povo, uma nação, um continente e fornecer novos conceitos para que os africanos se tornem sujeitos da transformação do continente africano e sejam artífices do seu próprio destino²⁵. Enfim, só a educação é a pedra angular para a criação de pessoas responsáveis, adultas e operantes na transformação da sua própria vida e porta frontal que dá acesso a uma sociedade próspera e estável. Por isso, educar deve constituir uma das prioridades das sociedades e dos líderes africanos.

Felizmente, em muitos países do continente africano, a difusão do ensino de base e o seu desenvolvimento nos vários graus é um facto real. Também as universidades – que de facto, não são um facto inédito²⁶ – não cessam de crescer e

²³ Cf. FREIRE, Freire. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999²³.

²⁴ MOURISCA, Francisco de Mata. *África renascida*. Uije: SEDIPU, 2004, p. 183.

²⁵ Cf. HABTE, Aklilu; WAGAW, Tesbone. Educação e mudança social. In: MAZRUI, Ali A; WONDJI, Cristophe (ed.). *História Geral da África*. v. VIII, UNESCO, Brasília: Instituto Humanize, 2010, p. 817.

²⁶ As universidades em África não são um facto inédito porquanto já presentes neste continente há mais de mil anos como é o caso da Universidade al-Azhar no Cairo, Karueein em Marrocos e a

o ensino universitário e profissionalizante vai se difundindo cada vez mais, deixando de ser privilégio de alguns poucos ricos ou da elite dirigente. Porém, continua aberto o problema da falta de recursos humanos e financeiros para a investigação, assim como a insuficiência dos estabelecimentos de ensino secundário e superior. Os poucos que existem concentram-se geralmente nos principais centros urbanos, demasiado caros para a quase totalidade das populações rurais, muitas vezes sem capacidade financeira de fazer frente às despesas que acarreta a sua manutenção nesses centros. Outrossim, continua o desafio de um ensino superior com qualidade, para que este seja, realmente, um centro, não apenas de transmissão de conhecimento e acumulação de certificados como meio de acesso a cargos de relevo e a posições remuneratórias, mas sim «um laboratório para forjar as armas teóricas e práticas, capazes de combater contra as diversas formas de morte que paralisam a África»²⁷.

Tudo isso implica que não se deixe de investir na inovação, na actualização dos métodos, nos agentes pedagógicos e nas estruturas. Outrossim, implica que os programas de educação dos países africanos não sejam mera continuação daqueles herdados do sistema colonial. Que não sejam deduzidos somente de teorias pedagógicas nem reduzidos a mero corpo metodológico de extracção mais ou menos tecnocrática, baseado em receituários universais de referência abstracta.

Os programas de educação dos países africanos devem ser elaborados didacticamente, à luz da prática quotidiana. E a escolha de conteúdos deve ser pertinente e os mesmos devem adequar-se às inovações da ciência e da tecnologia em geral bem como ao contexto da realidade sócio-cultural africana em particular. Significa dizer que os programas de educação devem adequar-se às necessidades de desenvolvimento do continente africano em geral e de cada país em particular, contemplando as reais necessidades do inteiro continente, bem como as exigências de desenvolvimento local, nacional e regional, sem prescindir de qualquer ideia de homem, de sociedade, de ideal de vida e de valor.

Universidade Sankoré em Tombuctou-Mali, presente desde os séculos XIII e XIV que continuam a funcionar até à presente data, modernizando-se cada vez mais e estendendo seu campo de acção a outras áreas do saber (Cf. HABTE, Aklilu, Tesbone. *Educação e mudança social*, op. cit., p. 834-835; NEVES, José Maria. *Prefácio*. In: Adebayo VUNGE, *Pensar África*, Rosa de Porcelana, Luanda 2017, p. 16.

²⁷ LUEMBA, José Francisco, *A África e a profecia auto-realizável*. op. cit., p. 131.

5 À GUISA DE CONCLUSÃO

O caminho que nos conduziu até aqui, mostra-nos que o que se pretende para que a justiça social e o desenvolvimento humano sustentável sejam um facto no continente berço, exige que África reafirme o papel insubstituível da educação, oferecendo instrumentos de interpretação crítica da realidade, para a formação de pessoas livres, conscientes e responsáveis, capazes de conduzir os destinos dos seus países e promover a unidade e o bem comum dos africanos.

Outrossim, exige que os africanos sejam sujeitos activos, capazes de assumir os acontecimentos da história, interpretá-los e transformá-los em oportunidades. Enfim, exige que os africanos acreditem na vocação de todos os homens e de todos os povos ao desenvolvimento, e promovam a participação de todos em todos os âmbitos e níveis em que a vida e a história humana se vai realizando, conscientes de que isto exige, antes de mais, promover movimentos que despertem e formem a consciência crítica dos africanos, com a convicção de que – como dizia Sankara, no seu discurso perante a Assembleia Geral da ONU, a 4 de outubro de 1984 –:

A nova ordem económica mundial pela qual lutamos e continuaremos a lutar só poderá ser alcançada se formos capazes de destruir a velha ordem que nos ignora; se ocuparemos o nosso legítimo lugar na organização política internacional e se, dada a nossa importância no mundo, obteremos o direito de fazer parte das discussões e decisões relativas aos mecanismos reguladores do comércio, da economia e do sistema monetário à escala global. A nova ordem económica internacional só pode ser colocada ao lado de todos os outros direitos dos povos – o direito à independência, à autodeterminação nas formas e estruturas de governo – como o direito ao desenvolvimento²⁸.

Não se trata de um acto para encontrar os culpados de ontem, mas para se compreender melhor o presente e traçar novos caminhos. É a luta africana e do Sul

²⁸ «Le Nouvel Ordre Economique Mondial pour lequel nous luttons et continuerons à lutter, ne peut se réaliser que si nous parvenons à ruiner l'ancien ordre qui nous ignore; si nous imposons la place qui nous revient dans l'organisation politique du monde; si, prenant conscience de notre importance dans le monde, nous obtenons un droit de regard et de décision sur les mécanismes qui régissent le commerce, l'économie et la monnaie à l'échelle planétaire. Le Nouvel Ordre Economique international s'inscrit tout simplement, à côté de tous les autres droits des peuples, droit à l'indépendance, au libre choix des formes et de structures de gouvernement, comme le droit au développement». (Discours de Thomas Isidore Noël Sankara devant l'Assemblée Générale de l'ONU, Le 4 Octobre 1984), in <https://www.thomassankara.net/discours-de-sankara-devant-lassemblee-generale-de-lonu-le-4-octobre-1984-texte-integral/>. Acesso em: 29 mar. 2025.

Global que mais uma vez se centra não contra o Ocidente, como muitas vezes se afirma, mas contra políticas exploratórias e “predatórias”, e contra sistemas de exclusão permanente, num cenário internacional que parece cada vez mais concebido para manter os privilégios de alguns, em detrimento da maioria da humanidade.

Portanto, os africanos devem sentir-se chamados a dar vida aos valores culturais e aos conteúdos históricos, como o respeito pela vida, o diálogo, a reconciliação, a unidade, a paz e a promoção de todos os direitos do homem. Devem encontrar juntos um novo pacto social e uma nova convivência que os levem a sentir a sorte de África e de cada africano como propriamente sua, forjando assim o seu próprio futuro e garantindo a sobrevivência e a prosperidade das futuras gerações.

Contudo, isso só será possível com educação, com a formação e sensibilização de uma nova geração de pessoas, capazes de serem fermento das grandes mudanças e assumirem a responsabilidade da sua identidade como parte de um destino comum que os leve a considerar os próprios concidadãos e todos os habitantes do continente como companheiros de viagem, aliados para a construção do bem e do futuro de esperança de África.

Este é o caminho, para que África seja politicamente digna do seu desenvolvimento económico, do brilhantismo da sua cultura e participe na orquestra da Comunidade Internacional, no pleno respeito daquelas regras necessárias para assegurar a paz e a igual distribuição das riquezas. Este é o caminho, o melhor caminho, para que África se desenvolva e seja artífice do seu destino.

REFERÊNCIAS

CÉSAIRE, Aimé. *Cahier d'un retour au pays natal*. Paris: Presence Africaine, 2000.

CÉSAIRE, Aimé. *Discours sur le colonialisme*. Paris: Présence Africaine, 2004.

DULANI, Boniface; ASIAMAH, Gildfred Boateng; ZINDIKIRANI Patrick. Diante do crescimento da corrupção, a maioria dos Africanos receiam sofrer retaliação, caso denunciem actos de corrupção. In: *Afrobarometer 743*. 2023. p. 1-26.

FREIRE, Paulo. *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1999.

GONÇALVES, José (Ed.). *África no Mundo Contemporâneo: estruturas e relações*. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

GUEST, Robert. *África, continente acorrentado. O passado, o presente e o futuro da África*. Porto: Civilização, 2005.

GUINAMARD, Alexis Bueno. Mirar a África. Redescubrir Europa. In: *Cuadernos*, 108, octubre/2001. p. 1-23.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula: visita à história contemporânea*. São Paulo: Selo Negro, 2005.

HUGON, Philippe. *Geopolítica de África*. Lisboa: Escolar, 2015³.

JANUÁRIO, José. *A gestão de quadros no processo de desenvolvimento de Angola. Do discurso político à realidade prática*. Benguela: Shalom, 2023.

JOÃO PAULO II. *Exortação apostólica pós-sinodal Ecclesia*. In: *Africa*. Luanda: Oficinas Gráficas São José-CEAST, 1995.

KAMBALU, Lourenço Flaviano. *A democracia personalista: os fundamentos onto-antropológicas da política à luz de Pietro Pavan*. Lisboa: Paulinas, 2012.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África negra*. v. II. Mem Martins: Publicações Europa-América, 2002³.

LUKAMBA, Paulino. *L'Africa che non si appartiene*. Milano: Nuovi Autori, 2002.

MAATHAI, Wangari. *La sfida dell'Africa*. Modena: Nuovi Mondi, 2010.

MAZRUI, Ali A.; WONDJI, Cristophe (ed.). *História Geral da África*. v. VIII. Brasília: UNESCO, Instituto Humanize, 2010.

MICHEL, Serge; BEURET, Michel. *Cinafrica. Pechino alla conquista del continente nero*. Milano: Il Saggiatore, 2011.

ROCHA, Manuel José Alves da. *As transformações económicas estruturais na África Subsariana 2000-2010*. Luanda: Mayamba, 2013.

ROQUE, Fátima Moura. *África, a NEPAD e o futuro*. Luanda: Texto Editores, 2007.

RWIZA, Richard. Laurenti Magesa: um teólogo da libertação em contexto africano. In: Bénézet BUJO-Juvénal Ilunga MUYA (coord). *Teologia africana no século XXI: algumas figuras*. v. 2. Lisboa: Paulinas, 2012.

SERRANO, Carlos; WALDMAN, Maurício. *Memória d'África: a temática africana em sala de aula*. São Paulo: Cortez, 2008².

SILVA, Sónia C. dos Santos. *A Conferência de Berlim: uma visão contemporânea dos problemas de interpretação*. Lisboa: Paulinas, 2014.

DADOS DO AUTOR

Lourenço Flaviano Kambalu

Missionário de Nossa Senhora de La Salette, desde 1991, e presbítero, desde 1997. Doutorou-se em Filosofia pela Universidade Pontifícia Salesiana-Roma, em 2006. Foi Decano da Faculdade de Direito da Universidade Katyavala Bwila (UKB), de 2015 a 2022. É Docente na Faculdade de Direito da UKB e no Seminário Maior do Bom Pastor-Secção de Filosofia, Angola.

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4176-2848>

Email: fundileko@hotmail.com